

HABEAS CORPUS Nº 497.884 - PE (2019/0069183-2)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : EDUARDO SILVA DE ARAUJO E OUTROS
ADVOGADO : EDUARDO SILVA DE ARAÚJO - PE039208
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : DEYVSON LIMA GOMES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio e com pedido de liminar impetrado em favor de **DEYVSON LIMA GOMES**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

O paciente foi preso em flagrante pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 288, parágrafo único, 333, *caput*, ambos do Código Penal e art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006. A prisão em flagrante foi convertida em preventiva no dia 8/11/2018.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, cuja ordem foi denegada nos termos da seguinte ementa:

"EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA EM SEDE DE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. FUNDAMENTAÇÃO FEITA DE FORMA ORAL. POSSIBILIDADE. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. PRECEDENTES DO STJ. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. INSUFICIENTES. SÚMULA 86/TJPE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME." (e-STJ, fl. 50).

No presente *writ*, sustenta ausência de fundamentação idônea do decreto prisional, bem como se encontra acometido de doença psiquiátrica, motivo pelo qual "o encarceramento do ora paciente, inclusive, pode representar um risco para a sua própria vida e a vida de terceiros, pois sem o devido tratamento e a correta manipulação da medicação ele poderá ter, além de uma piora significativa em seu quadro psico-clínico, um surto psicótico, o que poderia, como dito, ser fatal" (e-STJ, fl. 19).

Requerem, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva e determinar a expedição de alvará de soltura.

A liminar foi indeferida (e-STJ, fls. 68-69).

As informações foram prestadas (e-STJ, fls. 72-91).

O Ministério Público Federal opinou pela manutenção da decisão impugnada (e-STJ, fls. 94-97).

É o relatório.

Decido.

Em consulta na base de dados processuais desta Corte, verifica-se que este *habeas corpus* traz pedido idêntico ao deduzido no RHC 109.360/PE (anteriormente interposto nesta Corte), dado que indica o não cabimento do *habeas corpus* em exame. Desse modo, tratando-se de mera reiteração de outro feito em trâmite nesta Corte, é o caso de não conhecimento.

Confira-se, a propósito, este julgado:

"AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. REITERAÇÃO DO PLEITO FORMULADO NO HC N.º 481.921/DF. LITISPENDÊNCIA. INDEFERIMENTO LIMINAR DA PETIÇÃO INICIAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O pedido formulado no HC n.º 483.855/DF é mera reiteração daquele veiculado no HC n.º 481.921/DF, pois há identidade de partes, de pedido e de causa de pedir, além de impugnarem ambos o mesmo acórdão e a mesma matéria 2. Não podem ser processados, nesta Corte, concomitantemente, habeas corpus nos quais se constata litispendência, instituto que se configura exatamente quando há igualdade de partes, de objeto e de causa de pedir.

3. Agravo Regimental desprovido." (AgRg no HC 483.855/DF, rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, j. 5/2/2019, DJe 19/2/2019).

Ante o exposto, **não conheço** deste *writ*.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator